

# CPI do Jockey retoma oitivas sobre contratos de obras

## Colegiado ouviu representantes ligados a projetos de restauro

Da Redação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Jockey Club, em atividade na Câmara Municipal de São Paulo, retomou nesta terça-feira (23) a série de depoimentos relacionados aos contratos de restauração realizados no clube. A reunião deu continuidade aos trabalhos iniciados na semana anterior e interrompidos em razão das atividades do Plenário.

Os vereadores voltaram a ouvir a representante da Elysium Sociedade Cultural, empresa responsável pela gestão de projetos de restauro vinculados ao Jockey Club. A depoente participou da sessão de forma remota e respondeu a questionamentos sobre sua atuação na empresa, mudanças em sua função ao longo dos anos e a estrutura de comando adotada pela organização.

Durante a oitiva, a representante reafirmou informações já prestadas anterior-

mente ao colegiado. Segundo o relato, ela iniciou sua trajetória na empresa em funções administrativas e passou a ocupar cargos de maior responsabilidade ao longo do tempo. Também explicou que reportava atividades operacionais a Wolney Unes, apontado como responsável técnico pelos projetos conduzidos pela entidade, embora não integrasse formalmente a diretoria estatutária.

Os parlamentares concentraram parte das perguntas nos processos de contratação de empresas para execução das obras de restauro. De acordo com os esclarecimentos prestados, a escolha dos fornecedores teria levado em conta critérios como custos dos serviços, histórico de atuação em projetos semelhantes e aspectos técnicos. A representante afirmou ainda à Comissão que algumas empresas selecionadas já mantinham relação profissional com a organização em outros em-



*Giulyane Nogueira Gomes, representante legal da Elysium Sociedade Cultural e responsável pelos contratos com o Jockey Club, voltou a prestar esclarecimentos ao colegiado de forma remota. Os trabalhos são presididos pelo vereador Gilberto Nascimento (PL), com relatoria de Carlos Bezerra Jr. (PSD). A expectativa é que novas oitivas e diligências contribuam para esclarecer a destinação dos recursos e a execução dos contratos analisados.*

preendimentos realizados fora da capital paulista.

A atual fase da investigação busca aprofundar informações sobre contratos firmados para recuperação de áreas históricas do Jockey Club e sobre a aplicação de recursos destinados a esses projetos. Em reuniões anteriores, a CPI ouviu representantes da Construtora Biapó, da Elysium Sociedade Cultural e da Partifib Projetos Imobiliários, empresas que mantiveram relações contratuais com o clube ou participaram de iniciativas ligadas às obras analisadas pelo colegiado.

Nos depoimentos realizados no mês de junho, vereadores questionaram

a execução de contratos, a comprovação de serviços prestados e, ainda, a relação entre empresas envolvidas nos projetos. Também foram discutidas operações vinculadas à Transferência do Direito de Construir (TDC), instrumento urbanístico utilizado pelo Jockey Club para obtenção de recursos destinados à preservação do patrimônio histórico local.

A CPI foi instalada pela Câmara Municipal para investigar questões relacionadas à situação financeira do Jockey Club, à utilização de recursos obtidos por mecanismos de incentivo e à prestação de contas de projetos de restauração. Entre os pontos

analisados estão despesas vinculadas às obras, contratos celebrados com empresas privadas e a fiscalização dos recursos empregados nos trabalhos de recuperação do patrimônio do clube.

Os trabalhos são presididos pelo vereador Gilberto Nascimento (PL), com relatoria de Carlos Bezerra Jr. (PSD). A expectativa dos integrantes da comissão é que novas oitivas e diligências contribuam para esclarecer a destinação dos recursos e a execução dos contratos analisados. A CPI segue em funcionamento e poderá convocar novos depoentes à medida que o levantamento de documentos e informações avançar.

# SP suspende licitação para concessão de seis parques

Da Redação

A concessão para a iniciativa privada da gestão de seis parques urbanos da capital paulista foi suspensa pelo Governo do Estado. A decisão foi publicada na última segunda-feira (23) e interrompe, ao menos temporariamente, o processo que transferiria a operação, manutenção e exploração por um período de 30 anos.

A sessão pública para recebimento das propostas estava prevista para ocorrer nas próximas semanas. Com a suspensão, os prazos ficam interrompidos até nova deliberação do governo estadual. O Executivo não informou uma nova data para retomada do processo.

O projeto faz parte da política estadual de parcerias com a iniciativa privada e previa

investimentos superiores a R\$ 150 milhões ao longo do contrato. Segundo o edital inicial, os recursos seriam destinados à modernização da infraestrutura, além de ampliação de áreas de lazer, melhorias em acessibilidade e implantação de novos serviços para visitantes.

Entre os parques incluídos no pacote estavam o Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns, na zona norte, o Parque Ecológico do Tietê – Núcleo Engenheiro Goulart, na zona leste, além dos parques Vila Jacuí, Belém Manoel Pitta, Maria Cristina Hellmeister de Abreu e Itaim Biacica. Juntos, os equipamentos recebem milhões de visitantes por ano e somam juntos quase 20 milhões de metros quadrados de áreas verdes.

O modelo de concessão previa que os parques perma-



Modelo que pode ser adotado é o que está em vigor no Parque Villa-Lobos

neceriam abertos ao público, sem cobrança de ingresso para acesso às áreas de uso comum. A futura concessionária seria responsável pela gestão diária dos espaços, incluindo manu-

tenção, segurança patrimonial, limpeza, conservação de equipamentos e execução de investimentos previstos em contrato.

A proposta vinha sendo discutida desde 2025, quan-

do foram realizadas consultas e audiências públicas para apresentar o projeto e receber contribuições da população. O plano integrou o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI-SP), criado para ampliar a participação da iniciativa privada na administração de equipamentos públicos.

A suspensão ocorre após questionamentos apresentados durante o processo licitatório. Até o momento, o governo estadual não detalhou quais fatores motivaram a interrupção do certame nem se haverá alterações no modelo de concessão.

Caso o projeto seja retomado, a concessão pode seguir o modelo já adotado em outros parques estaduais administrados por empresas privadas, como os parques Villa-Lobos e Cândido Portinari.